



CACICADOS COMPLEXOS: A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E AS TÉCNICAS DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA NOS SÉCULOS XVI E XVII ¹

**Complex Chiefdoms: the spatial organization and the techniques of indigenous peoples
of the Amazonia in the 16th and 17th century**

Felipe Ribeiro da Silva Lopes²
Iolanda Aida de Medeiros Campos³

Resumo

Este artigo aborda a organização espacial e as técnicas dos povos indígenas dos séculos XVI e XVII tendo como objetivos entender a organização espacial dos povos amazônicos e apresentar as técnicas que permitiram sua adaptação ao ecossistema amazônico como seu desenvolvimento, expansão e adensamento populacional. Sendo a natureza desta pesquisa básica, quanto aos objetivos é procedimentos metodológicos classificada como bibliográfica com uma abordagem qualitativa utilizando o método fenomenológico. Quanto aos resultados a Amazônia estava organizada em cacicados ou chefias regionais onde os Omagua, Machifaro-Aisuare, Yoriman, Paguana e Tapajós exerciam poder territorial sob a várzea e as regiões de terra firme através da guerra, alianças ou subordinação. Sendo essa organização espacial e social construída através das técnicas agrícolas e caça que se baseavam na Cultura de Floresta Tropical, policultura e manejo animal e vegetal de recursos do ecossistema amazônico. Como também pela sua capacidade técnica de produzir cerâmica que possuía status de moeda de troca entre esses povos através de rotas de trocas por toda a Amazônia. Demonstrando que os povos da várzea possuíam uma geograficidade própria construída pela adaptação a morfologia amazônica onde em meio a esse ecossistema construíram sua estrutura espacial.

Palavras-chaves: Cacicados. Técnicas. Organização espacial.

Abstract

This article addresses the spatial organization and techniques of indigenous peoples of the 16th and 17th centuries with the objective of understanding the spatial organization of Amazonian peoples and presenting the techniques that allowed their adaptation to the Amazon ecosystem such as their development, expansion and population density. Since the nature of this research is basic, the objectives are methodological procedures classified as bibliographic with a qualitative approach using the phenomenological method. As for the results, the Amazon was organized into chiefdoms or regional chiefs where the Omagua, Machifaro-Aisuare, Yoriman, Paguana and Tapajós exercised territorial power under the floodplain and the land regions through war, alliances or subordination. This spatial and social organization was built through agricultural and hunting techniques that were based on Tropical Forest Culture, polyculture and animal and plant management of Amazonian ecosystem resources. As well as for its technical capacity to produce ceramics that had the status of exchange currency among these peoples through exchange routes throughout the Amazon. Demonstrating that the floodplain peoples had their own geography built by adapting to the Amazonian morphology where, in the midst of this ecosystem, they built their spatial structure.

Keywords: Chiefdoms. Techniques. Spatial organization.

¹ Artigo apresentado na Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como parte do Programa de Iniciação Científica-PAIC/PBICT, em 2020.

² Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA – E-mail: frsl.geo18@uea.edu.br.

³ Professora-orientadora, Doutora em Geografia Humana, Docente do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA – E-mail: icampos@uea.edu.br



Introdução

A pesquisa aborda a territorialidade das nações indígenas da Amazônia no período colonial, especificamente dos povos Omagua, Machifaro-Aisuare, Yoriman, Paguana e os Tapajós. Tendo como recorte espacial a ocupação indígena na várzea ou planície fluvial e a área sujeita a inundação do rio Amazonas, do baixo rio Napo até as proximidades do rio Tapajós e o recorte temporal os séculos XVI e XVII.

Objetivando analisar criticamente a territorialidade das nações indígenas, sua forma de organização social, suas técnicas de adaptação ao meio ecológico amazônico. Assim sendo, perceber que esses povos têm sua geograficidade, a qual deve ser respeitada por outros grupos sociais. A organização dos espaços indígenas na Amazônia, definidos como cacicados complexos.

Quanto à metodologia utilizou-se o método fenomenológico, o qual visa descrever as relações sociais e as estruturas espaciais desse período. Com isso demonstrar o processo de territorialização dos povos indígenas, por intermédio das informações provenientes da arqueologia moderna empreendida na Amazônia desde os anos 1950, identificando a complexidade social e espacial desses povos. A adaptação técnica dessas sociedades à morfologia da amazônica que lhes permitiram estruturar a sua espacialidade.

O período dos séculos XVI e XVII compreende a descoberta da foz do rio Amazonas e as primeiras expedições exploratórias de tomada de posse da Amazônia para as coroas espanholas e portuguesas. O contato dos europeus com os povos da várzea do rio Amazonas fora descrito pelos cronistas que acompanhavam estas empreitadas, os quais catalogavam, descreviam e interpretavam a complexidade social e espacial na região. Assim como as recentes descobertas arqueológicas e etnográficas na região, nos séculos XX e XXI apresentam os vestígios da existência desses povos.

A ocupação da Amazônia pelos primeiros amazônidas

A Amazônia foi povoada a milhares de anos, diversos povos desenvolveram sua cultura, suas técnicas de adaptação ao ecossistema amazônico e de organização espacial. Eurico Miller (1980) relata haver indícios humanos em Rondônia há 12.300 anos a.C., e irradiaram-se a outras



regiões. Nessa época, os Caribe, Aruaque ocupavam as proximidades das Guianas, o Nordeste da Amazônia e os Pano o vale do rio Ucayali. Contudo para Oliveira (1983) há datações da ocupação do vale amazônico por caçadores-coletores de 10.000 a 1.000 anos a.C., especializados em coleta de mariscos, pesca, sambaquis da costa atlântica e nas margens de rios próximos ao litoral. Mas Figueiredo (2011) cita evidências há 3.000 a.C. da presença dos Tupi no baixo Amazonas, no litoral do salgado e na ilha do Marajó.

Segundo Porro (1995) estudos da Universidade de São Paulo, em 1995, atestaram a ocupação de Iranduba e proximidades de Manaus há 7.700 anos a.C., pela quantidade de artefatos líticos, estatuetas, restos cerâmicos e terra preta. Souza (2001); Moraes e Neves (2012); Moraes (2013 e 2015) citam um adensamento populacional e expansão de aldeias de 2.000 a.C. a 1.000 a.C., cujas sociedades eram hierarquizadas, nas margens do rio Amazonas.

Argumentam Porro (1992 e 1995); Souza (2001); Santos (2010); Figueiredo (2011) Moraes e Neves (2012); Moraes (2013; 2015) o fato de quando os europeus chegaram à Amazônia, no século XVI, essas sociedades ocupavam o solo em escala urbana, possuíam sistemas de produção de ferramentas, cerâmica, agricultura, cultura de rituais e ideologias vinculados ao seu sistema político centralizado e sociedade estratificada.

Esse Povo das águas, como se refere a eles Antônio Porro (1995), habitava as várzeas dos rios amazônicos e a terra firme, coexistindo no ecossistema amazônico por meio de suas técnicas. Essas observações foram feitas pelos cronistas das expedições ao novo território em busca de riquezas. Estudos apontam uma ocupação humana nas várzeas amazônicas cujo ápice foi por volta de 1.000 d.C., quando culturas ceramistas possuíam grandes aldeias populosas, maiores às observadas nos anos 1.500 d.C. e 1.600 d.C., ocorrendo a conquista e exploração da Amazônia pelas coroas espanhola e portuguesa. Tal fato pode ser comprovado pelos sítios arqueológicos ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, tratando-se de uma região densamente povoada, por povos organizados em chefias regionais, os quais exerciam influência sobre outras nações indígenas da terra firme (MORAES; NEVES, 2012).



A descoberta e tomada de posse da Amazônia

Em 1499 Vicente Yanes Pinzon descobriu o rio Amazonas, batizando-o de “Santa Maria de La Mar Dulce” após degustar das águas desse grande rio (FIGUEIREDO, 2011). Os espanhóis exploram a Amazônia, pois grande parte do território pertencia à Espanha, conforme o Tratado de Tordesilhas, de 1494. Essa divisão e toponímia fazem parte da posse do território, ou seja, a assimilação do território e seu conteúdo (culturas, povos e riquezas) ao patrimônio europeu. Com a União Ibérica (1580) ocorreram as expedições de busca de riqueza, de viajantes e missionários.

Os Cacicados da Amazônia dos séculos XVI e XVII

As descrições dos cronistas nos séculos XVI e XVII indicam que a Amazônia era povoada por sociedades de avançado grau de organização espacial, política e social. Segundo Arcuri (2007) estudos antropológicos nas décadas de 1940, 1950 e 1960 originaram discussões sobre a complexa organização social e política desses povos. Em *The Handbook of South American Indians*, escrito por Steward (1948), propôs o conceito de *chiefdom* ou cacicado, explicando os estágios evolutivos de agrupamentos humanos e suas formas de adaptação ao ambiente, considerando as relações de modos de produção, a organização social e formas de exercício político. Arcuri (2007) a partir do conceito de cacicado cita três estágios evolutivos, cuja meta seria um Estado no modelo ocidental. Assim, teríamos os estágios:

Primeiro - o “bando” – grupos nômades formados por caçadores-coletores, primitivos, limitavam-se à escassez e precárias adaptações ao ambiente; Segundo - a “tribo” ou sociedades agricultoras permanentes - ligadas por laços familiares sem uma centralização de poder; Terceiro - o “cacicado” – segundo Steward (1948) se diferenciavam pelo poder político, religioso e a estratificação da sociedade, marcada pela especialização técnica de grupos ou indivíduos, função social ou trabalho, que extrapolava os laços familiares.

Todavia, a aplicação do termo cacicado é discutida e criticada pela variação do seu conceito, discutidos por estudiosos como Lathrap (1970); Meggers (1996); Neves (2006); Carneiro e Schaan (2007); Moraes e Neves (2012); Moraes (2015) entre outros.



Metodologia

Em relação aos procedimentos metodológicos a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica. A qual se baseia na obtenção de dados secundários provenientes de livros, artigos e revistas que permite “ao observado uma cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla daquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2010, p.45), e em estudos que abordam temas ou momentos históricos, cujos dados só podem ser acessados por material bibliográfico (GIL, 2010).

O método utilizado foi o fenomenológico, conforme Gil (1989) é o estudo de um fenômeno, se ocupa em descrever um dado por meio da percepção do pesquisador e esclarecer o que é esse dado, sem a utilização de leis ou deduções. O seu objetivo é entender a essência do fenômeno por intermédio da relação fenômeno-essência. O qual é de natureza qualitativa a partir do entendimento, interpretação, compreensão e comunicação do que é o fenômeno, neste contexto para a fenomenologia existem várias realidades.

Organização Espacial da Amazônia em Cacicados

Os cacicados da Amazônia se organizaram às margens dos rios, principalmente no rio Amazonas. Estas sociedades evoluíram de primitivos coletores e caçadores para sociedades baseadas em chefias locais, regionais, formando um nível de complexidade social, de aglomerados pré-urbanos constituídos de milhares de pessoas. Corroborando com Corrêa (2000) ao asseverar que a organização espacial é uma totalidade da dimensão social do homem ao fazer sua história, é um processo de transformação no qual a sociedade se modifica ou se paralisa como também modifica e paralisa o espaço, sendo a organização espacial um reflexo da própria sociedade especializada.

Como proposto por Steward (1948) estas sociedades de grupos nômades de caçadores-coletores evoluíram para tribos sedentárias, depois de agricultores para cacicados, sociedades estratificadas pela especialização dos indivíduos acrescidos de poder político e religioso. De acordo com Miranda (2007) o conceito de cacicado está associado aos monumentos rituais, construção de aterros, técnica cerâmica com refinado acabamento, ritos funerários “sambaquis” e densidades populacionais.



Estas sociedades pré-urbanas das várzeas do rio Amazonas, com suas técnicas adaptaram-se à morfologia Amazônica, prosperando nesse ambiente, o qual afirma Meggers (1996) era um ambiente não propício a grandes populações. Contudo, nas expedições exploratórias, os cronistas descreveram a existência de “províncias” populosas. Padre Cristóbal de Acunã, Frei Gaspar de Carvajal e o Padre Samuel Fritz, relataram que as margens do rio Amazonas e outros grandes rios estavam densamente povoadas, num período de duzentos anos, ao observar aldeias e centros pré urbanos. Conforme Figueiredo (2011) os relatos sobre os povos da Amazônia foram obtidos dos cronistas das expedições estrangeiras dos séculos XVI e XVII. Os principais povoamentos chamados de “Províncias” eram: Omágua, Machifaro, Solimões, Paguana, Carabuyana, Encontro das Águas, Tapajós e Índios Negros.

O Frei de Carvajal registrou: “Há mais de cento e cinquenta delas, cada uma com língua diferente, tão imensas e muito populosas quanto quaisquer outras que vimos em toda nossa rota”. O padre Cristóbal de Acunã, quase cem anos depois, relatou “se atirmos uma agulha para cima, ela fatalmente atingiria a cabeça de um índio”. A Amazônia estava densamente povoada por vários povos com diversas línguas e origens.

A discussão sobre a existência e a manutenção desses cacicados com certo grau de complexidade espacial e social está vinculado de acordo com Machado (2006) às condições ambientais, em conformidade com o determinismo ambiental proposto por Meggers (1996) apontando fatores condicionantes à capacidade de adaptação dos grupos humanos ao meio.

Na região os ecossistemas de várzea e terra firme direcionam as formas de ocupação. Como descreve Machado (2006) a terra firme é um ecossistema de mata tropical distante das margens dos rios, mas irrigadas por igarapés e braços de rio. Segundo Meggers (1996) há a dispersão de recursos, porém são disponíveis continuamente. A várzea, ao contrário, possui uma alternância sazonal de recursos, devido ao ciclo da cheia e vazante dos rios, com períodos de abundância e escassez. Meggers argumenta que a falta de recursos não sustentaria essas sociedades. No entanto, Lathrap (1970); Neves (2006); Moraes e Neves (2012); Schaan (2007) ponderam que a combinação da pesca, caça, coleta nas várzeas e técnicas agrícolas como a coivara supririam as necessidades de grandes populações.



De acordo com Lathrap (1970) o ecossistema amazônico é diversificado suportando populações capazes de se tornarem estáveis, complexas e expansionistas. Estudos nas terras pretas antropogênicas onde se encontram vestígios de cerâmica, ossos (peixes, mamíferos e quelônios) e indícios de agricultura corroboram com sua teoria. Os fragmentos cerâmicos da ilha do Marajó, Santarém, da Amazônia Central e alto Amazonas comprovam o grau de desenvolvimento dessas sociedades como comenta Arcuri (2007, p.315) “[...]a iconografia da cerâmica nesses sítios é testemunha da hierarquização e complexidade do universo ritual que caracterizou a vida das sociedades amazônicas antepassadas[...]”.

Os cacicados podem ter se formado a partir da condensação dos recursos naturais nas áreas próximas às margens dos rios, de solos férteis, recursos abundantes e as populações expandiam seus territórios por meio da guerra. Conforme diz Carneiro e Schaan (2007, p.124) “a concentração ocorreu ao longo e muitas partes do rio, ocasionando guerras nas áreas ribeirinhas [...] e os que perdiam a guerra, para que continuassem a ter acesso ao rio, frequentemente não tinha escolha senão submeter-se aos vitoriosos”.

A subordinação das aldeias dos derrotados de guerra a um chefe supremo deram origem aos cacicados. Assim, havia a associação a um poder central, o qual permitia acesso aos recursos e mão de obra para o desenvolvimento dessas sociedades. Estas, por sua vez, expandiam-se para as regiões de terra firme, nas quais era possível obter recursos por meio da caça e da agricultura da mandioca e vegetais domesticados pelos povos amazônicos.

A Organização Social dos Cacicados Amazônicos

Porro (1995) destaca que nos relatos dos cronistas os povos amazônicos eram governados por senhores regionais, sugerindo um poder centralizado. Os Omágua se organizavam do baixo rio Napo ao Solimões, na foz rio Jandiatuba, no atual município de São Paulo de Olivença, seu senhorio chamado Aparia no século XVI e Tururucari no século XVII, centralizado em uma aldeia principal próxima às atuais cidades de Tabatinga e Letícia, governava inúmeras aldeias por intermédio de líderes locais.

Heriarte (apud PORRO,1995) relata um poder supralocal dos cacicados, ao longo do rio Amazonas e seus afluentes. Porro (1995) afirma que quatro desses povos do alto Amazonas, os



Omágua e os povos subordinados a eles, os Tukuna, Peva e Cavachis reconheciam o prestígio de algumas famílias. Relatam os cronistas Chantre e Herrera (1901, apud PORRO, 1995, p.30) "Será difícil que um jovem ou uma moça desta classe superior case com quem não lhe seja igual na estima das gentes, nem os anciões a quem cabe ajustar os casamentos dos nobres concordariam facilmente". Segundo os cronistas outros povos como os Zete a linhagem dos líderes era protegida por casamentos no próprio núcleo familiar.

Os povos Omágua, Iruri e Tapajós detinham linhagens hierarquizadas, circunscritas a territórios específicos, os chefes gozavam de autoridade e privilégio, diferenciando-os dos demais membros dessas sociedades. "Entre os Tapajós, cada aldeia de vinte ou trinta casas tinha um chefe e a todos os governava um principal grande sobre todos, de quem era muito obedecido" (HERIARTE, 1910 apud PORRO, 1995 p.30).

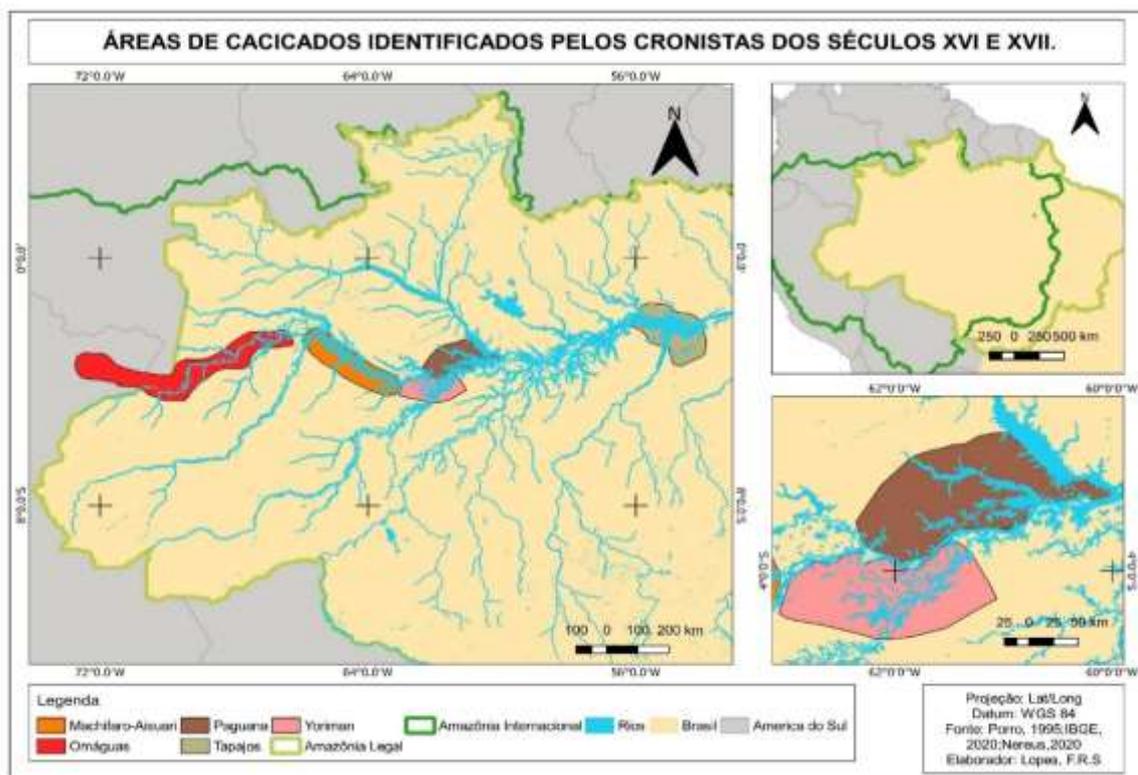
Somando-se a isso, "a posse de escravos aprisionados em guerra era frequente, mas só após a conquista, pela demanda dos colonos, eles adquiriram, um valor de troca que fez o apresamento maciço de inimigos uma atividade econômica importante para muitas tribos" (PORRO, 1995, p.31). Os Omágua, relata Porro (1995), matavam os principais, evitando rebeliões e assimilavam os demais sobreviventes a sua comunidade, mas, as famílias Omáguas possuíam dois ou três escravos domésticos bem tratados por seus senhores.

A organização dos povos em cacicados

Elencou-se cinco cacicados amazônicos (Mapa 1) para discutir sua organização espacial, de modo a demonstrar o quanto essas sociedades se tornaram complexas no que tange ao espaço ocupado e as suas especificidades.



Mapa 1 – Localização e área territorial dos cacicados amazônicos do sec. XVI e XVII.



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2020.

Os cacicados amazônicos se constituem em prova factual da adaptação dos povos amazônicos, manejaram os recursos naturais e humanos no domínio das regiões de várzeas, cerrados e terras firmes. Desenvolveram culturas próprias, redes de trocas e grandes aldeamentos densamente povoados, sua organização espacial adaptava-se à natureza e os povos vizinhos, com os quais disputavam o acesso aos rios e às várzeas, traçando alianças e guerras na Amazônia pré-colonial. Os Cacicados estruturavam-se como território e região. O território pela disputa das várzeas. A região devido muitos cacicados exercerem influência política sobre os seus vizinhos e arredores por intermédio de alianças ou subordinação.

Os Omagua ou Cambeba

Os Omagua, chamados também de Cambeba, foram integrantes da Província de Aparia, no século XVI. Essa sociedade se localizava, de acordo com Figueiredo (2011), no baixo rio



Napo, afluente do rio Amazonas, em território peruano, até a região dos rios Javari e rio Içá, afluentes do rio Solimões pelas margens direita e esquerda, próxima a atual cidade de São Paulo de Olivença. De acordo com Porro (1995) seus domínios se estendiam por 600 km, ao longo dos rios Napo, Solimões e Amazonas. Suas aldeias foram descritas com cerca de vinte povoados, compostos por cinquenta casas cada um, em ambas as margens do rio. “Em relação à extensão territorial tem-se relato de que em meados do século XVII, o território Omágua[...] havia, porém, se estendido para Leste, abaixo do Jutai” (SILVA, 2012, p.62).

A aldeia principal se localizava na boca do rio Javari sendo chamada Aparia grande, cuja autoridade se estenderia até a foz do rio Jandiatuba e o baixo rio Napo. A chefia desses povos era centralizada nessa aldeia, na qual havia milhares de habitantes. A aldeia Aparia menor era subordinada à autoridade do chefe principal chamado Tururucari, o qual exercia um poder visto por Carvajal como de um monarca, por exercer uma autoridade de origem divina, “[...] a que todos obedecem em grandíssima sujeição e lhe chamam Tururucari, que quer dizer seu Deus e ele por tal se tem” (CARVAJAL apud PORRO, 1992, p. 17). Seus costumes eram vestir roupas de algodão semelhante aos povos do Peru, assim como usavam joias de ouro provenientes do comércio entre esses povos.

Silva (2012, p.61) argumenta:

Nos últimos anos, datações com Carbono 14 sugerem que essa migração rio acima não tenha sido tão recente, já que os Omágua teriam alcançado a junção Napo-Marañon entre os séculos IX e X d.C. A autoridade do Tururucari era exercida nos domínios dos Omáguas por meio de caciques menores, igualmente reconhecidos como nobres, geralmente descendentes de famílias de grandes guerreiros.

De acordo com Silva (2012), ainda hoje a figura do Tururucari é importante na herança cultural desse povo, considerado um deus, defensor de seu povo, líder político, cacique maior e figura representativa do apogeu dessa sociedade sobre o seu território.

Segundo Garcia (2006) os Omágua eram chamados de fenícios da Amazônia, por sua habilidade em navegação. Era seu costume comprimir o crânio das crianças com talas de madeira, achatando a testa lhes conferindo o nome Cambeba, que na língua geral significa cabeça chata. No século XVII padre Acunã e Heriarte descreveram as províncias dos Omágua



que expandiram seus domínios sobre as terras Aricana, constituindo um território de 120 km abaixo da boca do rio Napo, por cerca de 700 km pelo rio Amazonas/Solimões. Abaixo de seus domínios mantinham uma *buffer zone*, uma área despovoada, servindo à defesa de seus territórios por meio de incursões. Cristóbal de Acunã a descreve como a província mais dilatada do rio Amazonas.

Os Omágua era o povo mais desenvolvido das sociedades amazônicas, suas aldeias possuíam grandes casas, praças e locais de rituais, realizavam comércio com outras tribos para obter recursos, em troca de peças de ouro podiam obter cerâmicas, frutos como o urucu, até raladores de mandioca. Atribuindo-lhes os primeiros manejos da seringueira, da qual faziam peças de látex e usavam-nas no dia a dia ou em rituais.

Devido às relações belicosas entre os povos pelas terras de várzea, vistas como sagradas, os Omágua mantinham uma *Buffer Zone*⁴ entre eles e os seus inimigos os Machifaro, construía fossos com estacas de madeiras para a defesa, “[...] as aldeias eram cercadas de paliçadas, ou localizadas em ilhas, onde ficavam inacessíveis aos habitantes da terra firme que não possuíam canoas” (SILVA, 2012, p.73). Os Omágua eram poderosos guerreiros, lutavam contra os povos da terra firme e os Machifaro, que se organizavam abaixo de seus domínios. Em suas guerras utilizavam a estólita,

[...]uma vara de três dedos de largura, estreitando-se para as extremidades até terminar em ponta. Na ponta de cima está fixo um dente de osso em que se apoia uma flecha de oito palmos em cuja extremidade encaixa um arpãozinho com um pauzinho[...].” (HERRERA, apud PORRO, 1992, p. 212).

Realizavam as alianças com outros povos como os Yorimágua com quem pelejavam contra os Machifaro. Participavam da rede de trocas entre as chefias regionais, utilizando a cerâmica e utensílios como moedas de troca para obter outros itens. Por meio da guerra exerciam autoridade sobre seus domínios nas várzeas expandindo seu território.

⁴ “ (...)área desabitada separando dois ou mais grupos humanos em competição. Ela serviria como uma prevenção ao contato e ao conflito entre grupos rivais (DEBOER, 1981 apud MORAES, 2013, p. 296).



O padre Samuel Fritz, citado por Pinto (2006), no final do século XVII, descreve que devido ao contato com os exploradores as doenças atingiram os Omáguas, diminuindo sua população. Sua população estava reduzida a 20 habitações. Samuel Fritz conviveu com os Omáguas por vários anos, sendo testemunha da desagregação desse povo pelas expedições de resgate, guerra justa empreendida pelos conquistadores. As missões como a de São Paulo foram várias vezes atacadas por espanhóis e portugueses na obtenção de escravos indígenas.

Somando-se a isto, as epidemias de doenças como a varíola entre outras matavam inúmeros indivíduos. Destruindo a base da sociedade dos Omágua, pois, os velhos transmitiam os conhecimentos seculares e os guerreiros protegiam, ensinavam as técnicas de caça, desenvolvidas a séculos. No século XVIII, os Omágua já estavam reduzidos a pequenos grupos familiares, em poucas aldeias ao longo do rio Solimões, nas várzeas e ilhas do rio Amazonas (PORRO,1992). Renegaram sua etnia e sua língua, proibida pelo Diretório Pombalino (1755) no século XVIII. Não havendo relatos dos Omáguas no século XIX.

Segundo Silva (2012) muitos Cambeba migraram para as missões como São Paulo de Olivença se misturando à população de origem portuguesa, se autodeclarando “Caboclos” para proteger-se dos colonizadores. No século XX migraram para outras regiões próximas aos municípios de Tefé, Novo Airão e Coari. Na década de 1980 devido ao crescimento dos movimentos de reafirmação indígena esse povo volta a se identificar como “Cambeba” esforçando-se para preservar o que restou de sua língua e cultura. Atualmente há sua aldeia chamada Tururucari-Uka na estrada Manoel Urbano, no km 47, próxima à Manacapuru.

Os Machifaro-Aisuare

Porro (1995) afirma que após um trecho despovoado estava localizado os domínios dos Machifaro ou Aisuare como foram chamados nos séculos XVI e XVII, os Machifaro tinham seu domínio por 220 km na margem direita rio Amazonas, da foz Tefé ao Coari e pela margem esquerda não foi determinada. Suas aldeias se estendiam quase sem interrupção. Como afirma o cronista frei de Carvajal, “não havia de uma aldeia a outra um tiro de balestra, e as mais distantes não estariam a mais de meia légua, e houve aldeia que durou cinco léguas sem intervalo de uma casa a outra” (CAVAJAL apud PORRO, 1995, p. 51).



No século XVII destaca-se a expansão de seus domínios em 100 a 120 km, ocupando a *Buffer Zone* entre eles e os Omáguas, contra quem lutavam pelo domínio das várzeas próximas a seus territórios. Houve um enfraquecimento no senhorio dos Omáguas, devido às incursões portuguesas em seu território. De acordo com Porro (1995) e Barroso (2016), os habitantes da Província de Machifaro passaram a ser conhecidos por Curuzirari, Carapuna ou Aisuare. A mudança de etnônimo deve-se aos registros dos cronistas do século XVII. Cristobal de Acuña, em 1639, Mauricio de Heriarte, em 1662, Laureano de La Cruz, em 1651 e Samuel Fritz, entre 1686-1723. O etnônimo Aisuari se fixou historicamente.

Suas construções assemelhavam-se aos demais cacicados, havia grandes casas comunais, praças onde realizavam seus afazeres cotidianos. Destacavam-se por sua destreza com canoas de guerra, nestas os guerreiros empunhavam lanças, sarabatanas, tocavam trombetas e tambores feitos de troncos, gritavam, para amedrontar os invasores e inimigos.

Barroso (2016) descreve o costume dos Machifaro de conservar os alimentos por meio da secagem utilizando a luz solar, podendo ser guardados ou pendurados nas casas comunais, servindo à alimentação e ao comércio intertribal. “[...] Encontrou-se grande quantidade de milho guardado nas cabanas, e no campo havia sementeiras de mandioca brava e outras comidas” (ORELLANA apud BARROSO, 2016 p.45). Havia também o manejo de tartarugas mantidas em lagunetas ou lagos, cercados por toras de madeiras, onde alimentavam quelônios utilizados na alimentação e comércio.

Ademais, os Machifaro-Aisuares embora muito belicosos, grandes guerreiros expansionistas, mantinham boas relações com outros povos, estabelecendo o comércio com os povos do rio Uaupés fornecedores de ouro. Os Manaos lhes traziam urucu, redes de miriti, tacapes; com os Yoriman trocavam cerâmicas. Tal habilidade com o comércio intertribal os conferia riquezas de ouro e outros materiais valorosos.

Acunã e Samuel Fritz atribuíram a sua aldeia principal chamada de Quirimataté o título de “aldeia do ouro” devido à acumulação desse mineral. Os seus habitantes utilizavam brincos de finas camadas de ouro em suas orelhas. Diogo Nunes (apud PORRO, 1995, p.51) relata os caminhos de circulação de troca entre os povos, “levam a vender pelo sertão e têm contratação com outros índios; e vão os caminhos muito abertos, de muitos seguidos, porque corre muita



gente por ele”. Carvajal cita que se esses caminhos fossem seguidos levariam aos Andes, onde havia uma troca de produtos das várzeas pelo ouro.

O frei Acuña reitera a importância da cerâmica dos Machifaro: “trato comum com las demas Naciones, que obligadas de la necesidad que destos géneros pasan em sus tierras, vienen a grandes cargazonas de ellos, recibiendo por paga las cosas ellos necesitan” (apud UGARTE, 2009, p. 531) classificando-as com parâmetros que conhecia falando de frigideiras, panelas, jarros e bacias de vários tamanhos, muito bem decoradas, de lindas cores.

Mas a presença dessas relações de comércio não impedia as guerras pelas áreas de várzeas. Os Machifaro eram inimigos dos Omáguas, suas aldeias na área de Tefé eram guarnecidas de guerreiros prontos a batalhar contra os invasores. Carvajal cita a aliança entre o chefe dos Machifaro com os Yoriman “e juntam-se para dar guerra a outros senhores que estão pela terra adentro, os quais vêm diariamente a expulsá-los de suas casas” (apud PORRO, 1995, p. 84). Igualmente os exploradores foram vítimas desses ataques. Os índios em suas canoas cercavam as naus dos europeus armados de arcos e flecha, escudos de couro de peixe-boi e grandes tambores de guerra. Como foi o caso da expedição de Orellana, o qual observou in loco a linha tênue do comércio e das guerras entres os povos da várzea.

Os Yoriman

Abaixo do domínio dos Machifaro-Aisuares começava o território do Yoriman ou Yorimáguas, estendendo-se da Foz do rio Purus, por 250 km, à margem esquerda até Codajás. No século XVI foram chamados por Francisco Orellana de Yorimáguas, contudo, no século XVII foram chamados por Yoriman. Grande parte de suas aldeias se localizavam na região do atual município de Codajás, eram populosas com inúmeras casas.

Estabeleciam relações de troca com os povos vizinhos das várzeas e terra firme. Porém, como afirma Carvajal essa relação de troca provinha da sua técnica na produção de cerâmica em sua aldeia principal chamada por ele de “Aldeia da Louça”, dada a qualidade técnica e estética das manufaturas considerava-as como “a melhor que se viu no mundo” (apud PORRO, 1995, p 53). Igualmente chamava a atenção dos viajantes de acordo com Porro (1995) os brincos



de ouro, os quais os habitantes ostentavam em suas orelhas, casas festivas de rituais, os grandes ídolos feitos de fibras trançadas adornavam as aldeias.

Porro (1995) e Ugarte (2009) ponderam que embora as crônicas não evidenciem elementos que permitam relacionar essa província com povos conhecidos, a posição geográfica descrita leva a crer-se tratar dos Yoriman do médio Solimões, e em todo o alto Amazonas brasileiro. Relacionando esse povo à origem do nome do rio Solimões,

[...] significa para alguns autores antigos rio dos venenos, [...] convergência linguística: solimão, latim sublimatum [...], qualquer poção venenosa, que os eruditos do século XVIII associaram às flechas envenenadas de algumas tribos do rio Amazonas (PORRO, 1995, p.53).

O frei de Acuña os chama de “a mais conhecida e belicosa nação de todo o rio Amazonas” (apud PORRO, 1995, p. 53). Os Yoriman lutavam por seus territórios contra seus vizinhos. Sua língua era diferente dos demais povos, pois não pertencia ao tronco linguístico Tupi-Guarani e andavam despidos.

Nos seus povoados havia grandes casas comunais, “quatro, cinco e muitas vezes mais” (ACUNÃ apud PORRO, 1995, p.54). Essas aldeias eram fartas em alimentos, devido ao intenso comércio de trocas com os povos vizinhos como os Machifaro-Aisuare com quem mantinham uma aliança contra os Omáguas e seus subordinados. Lopes (2018) relata que junto aos Aisuare formavam a cultura cerâmica policroma do médio Amazonas, dispersa pela Amazônia ocidental, do alto rio Madeira até o rio Napo, havia grande rede de trocas intertribal, mantinham contato com povos circunvizinhos e nos Andes. No século XVII foram alcançados pela expedição de Bartolomeu Bueno de Ataíde (1651) em busca pelo “Rio do Ouro”, como afirma Porro (1995) se tratava do rio Japurá ou afluentes. Em 1670 enfrentaram a primeira expedição de resgate, “retiraram-se para o mato e não deram escravos nenhum” (BETENDORF apud PORRO, 1995, p.54).

Duas décadas depois segundo o Padre Samuel Fritz (1689) estavam 300 km rio acima, convivendo com os Aisuare, próximos aos Omáguas. Catequizados por Fritz fundaram na aldeia do chefe Mativa, próxima ao município de Fonte Boa, a missão Nossa Senhora das Neves dos Yorimáguas, de breve existência, mas refundada pelos monges carmelitas. Havia duas aldeias



dos Yoriman a Guapapaté, na foz de Japurá e Macuya na ilha de Macuapanim. Nos séculos seguintes os Yoriman foram vítimas de expedições de resgate, epidemias e guerras justas, diminuindo sua população até sua desagregação em meados do século XVIII.

Os Paguana

Porro (1995) cita que à margem direita do Amazonas, passando Codajás, próxima à foz do rio Purus, terminando 100 km acima do rio Negro havia “outra terra de outro senhor chamado Paguana” (CARVAJAL apud PORRO, 1995, p.54). Frei de Carvajal descreve essa província como muito populosa. Observa duas aldeias ininterruptas, ao longo de 150 km, havia densidade de casas e pessoas, algumas aldeias eram tão próximas como bairros.

A primeira aldeia chamada por Carvajal de “Aldeia do Bobos” dado ao comportamento pacífico dos habitantes, próxima à foz do rio Purus, de 5 km extensão. A segunda denominada “dos Viciosos” pelo caráter belicoso e indiferente de seus habitantes, muito grande, possuía “muitos bairros, cada qual com seu desembarcadouro e todos eles apinhados de índios; estendia-se por mais de duas léguas e meia [e tinha] muitos pomares e mais de cinquenta casas” (CARVAJAL apud PORRO, 1995, p. 54-55). Era populosa, com muitas aldeias “andavam sempre entre grandes povoados e houve dia em que passamos por vinte aldeias” (CARVAJAL apud PORRO, 1995, p.55). Carvajal descreve a presença de lhamas e prata do Peru, que os povos andinos trocavam com os povos do rio Amazonas, creditando a presença de tais animas e metais preciosos ao comércio entres essas sociedades.

No século XVII, próximas estavam as tribos Caripuna e Zurina, utilizavam técnicas de entalhes em madeira, se estendiam de Manacapuru até o baixo rio Negro. Havia grupos tribais chamados por Acuña de Carabuyana. Heriarte e Acuña citam a riqueza de recursos, comércio, plantio na várzea e terra firme, de cacau, do qual faziam bebida fermentada utilizada em seus rituais. Conforme Heriarte (1874) na aldeia havia ídolos de madeira, nas casas a presença de feiticeiros, seus sacerdotes. Ocorria a antropofagia como ritual. Essas tribos estavam em sua maioria sob a influência dos Paguana.

Os Paguana eram um cacicado multiétnico observado nos sítios arqueológicos de Iranduba, Manacapuru e áreas próximas à Manaus, identificando-se grande diversidade de



culturas. Essas etnias adotaram o modelo de seus vizinhos, por meio de associação, alianças ou guerras foram submetendo-se à autoridade da grande aldeia principal próxima a foz do rio Purus e do rio Negro. Em escavações na área dos Paguana há evidência de manejo de animas em tanques artificiais com restos de peixes, quelônios, anfíbios e ossos de animais caçados como jacarés, mamíferos de pequeno e grande porte e roedores.

Para Moraes e Neves (2012) e Moraes (2015) as escavações revelaram cerâmicas de várias idades sendo batizadas por fases de Guarita e Paredão e subfases: Manacapuru, Borba, Axinim e Currralinho. Essas fases foram chamadas de cultura cerâmica da Amazônia Central, pois apresentavam características em comum. Nestes sítios arqueológicos associados à fase Paredão são encontrados “montículos” como são chamadas as plataformas artificiais de antigas aldeias circulares, nestas plataformas o piso de “solo batido” de antigas ocas onde viviam os habitantes dessas aldeias que ficavam próximas a lagos e várzeas (MORAES e NEVES, 2012). No sítio de Antônio Galo, próximo da confluência do rio Negro e Purus, foram encontrados 12 montículos com um padrão circular em área de um hectare.

Nos sítios de Açutuba, Hatahara e Laguinho encontrou-se aldeias de grande porte, com o mesmo padrão de montículos dispostos em área circular, com tamanho de 16 hectares. Demonstrando conforme Moraes e Neves (2012) uma rápida expansão. Essas aldeias se tornaram mais populosas, havia presença de terra preta de índio com 2 metros de profundidade, evidenciando uma ocupação humana longa e quase ininterrupta. Nos sítios essas aldeias são cercadas por valas defensivas de 40 metros, devido os conflitos entres os povos pelo território. Nos sítios de Açutuba, Vila do Gomes e Laguinho foram encontradas valas defensivas, cercando antigas áreas de aldeias, medido em torno de 150 a 400 metros de extensão. (MORAES e NEVES, 2012). Corroborando o relato dos cronistas de que esta região era densamente povoada.

Os Tapajós

Segundo Porro (1995) desde o baixo curso do rio Nhamundá até o Tapajós, seguindo pelo Trombetas e estreito de Óbidos, as duas margens do rio Amazonas foram descritas por Carvajal como uma grande província unificada. Recebeu o nome de São João do Tapajós, por



ter sido avistada no dia 24 de junho. “As duas faixas ribeirinhas estavam pontilhadas de aldeias, mas os maiores assentamentos estavam recuados umas duas léguas pelo interior e são definidos como grandes cidades” (CARVAJAL apud PORRO, 1995, p.58).

As crônicas do século XVI e XVII mencionam Santarém, centro político dos Tapajós, como afirma Lima (2018) estabeleciam sua área de influência pela região de Santarém, Juruti e Prainha, onde as tribos estavam integradas ao sistema de chefias regionais. Carvajal fez observações culturais, topográficas, de distância, de vegetação e ocupação humana na região. A aldeia principal dos Tapajós começava no morro da Fortaleza até o porto de Santarém. Produzia-se itens de importância cultural, doméstica e ritualística. Em Santarém havia oficinas líticas de produção de muiquitãs (HERIARTE,1874; BETENDORF, 1910 apud PORRO, 1995). Segundo Lima (2018) os Tapajós se estabeleciam nas diferentes morfologias da Amazônia Central, nas várzeas, capinaranas e planaltos.

De acordo com Porro (1995) no século XVII, Heriarte cita que as tribos da bacia do rio Nhamundá até os rios Trombetas e Tapajós eram subordinadas à chefia Tapajônica, considerando os Tapajós “nobres”, por seu domínio na região e unidade política centralizada. Em 1561 comenta Porro (1995) que a expedição de Aguirre acampou num grande povoado, à margem direita, abaixo do estreito de Óbidos. A aldeia possuía fartura de alimentos, grande população, casa de adoração com ídolos de ouro, representando o sol e a lua, associados ao masculino e feminino. O frei de Acunã ouviu dos índios Tupinambarana relatos sobre as amazonas, mulheres guerreiras da região da nascente do rio Nhamundá. Essa região era chamada de Yacamiaba. Exerciam autoridade às outras tribos de língua tupi como os Condúri, Apanto e os Carcará.

Acunã visitou uma aldeia Tapajós localizada na área de Santarém. Nessa aldeia havia mais quinhentas famílias. Heriarte cita que as aldeias estavam organizadas em povoados menores de vinte ou trinta casas comunais. Cada povoado tinha seu chefe, subordinado ao chefe principal, nobre guerreiro “e a todos os governa um principal grande sobre todos, de quem é mui obedecido” (HERIARTE,1874 apud Porro,1992, p.189). Segundo Porro (1992) Heriarte relata possuírem 60 mil guerreiros e uma população em torno de 250 mil pessoas. Havia moças filhas de guerreiros nobres, veneradas em oráculos, as chamadas “Maria Moacaba”. O culto aos



ancestrais Monhangaripy, o qual significava - o primeiro pai, “sendo os seus corpos ressequidos conservados em cabanas especiais, num ataúde pendurado debaixo da cumeeira e com o rosto coberto com uma máscara” (BETENDORF apud PORRO, 1992, p.189). Demonstrando a estratificação social dos Tapajós.

Os Tapajós possuíam uma rica cultura cerâmica policroma. Outrossim, as pesquisas arqueológicas têm mostrado que o planalto santareno/belterrense foi modificado no período pré-colonial e colonial, pelo adensamento de aldeias em associação a obras de engenharia, dentre elas a construção de estradas interligando margens de rios a aldeias, poços com armazenagem ampliada pela construção de muros de terra, a impermeabilização, ampliação de cavidades naturais, canais de drenagem das águas pluviais, construção de plataformas de habitação de sítios cerimoniais (LIMA, 2018, p.128).

Segundo Lima (2018) os Tapajós tinham estratificação social associada à produção de vasos de cerâmica, louças antropomórficas e zoomórficas, muiraquitãs em diversos estágios de manufatura. Pesquisas identificaram a existência de pedreiras de arenito e óxido de ferro, ficavam a 5 Km de oficinas de produção lítica encontradas no sítio arqueológico no Porto de Santarém. As cerâmicas eram utilizadas nas redes de trocas estendidas além dos domínios Tapajós, Lima (2018) ocorriam desde o alto Amazonas até a foz, na ilha do Marajó, ligavam-se ao Nordeste onde os povos Tupi controlavam essas redes, fonte de matéria-prima, de produção e distribuição de itens. Essa circulação é comprovada pelos achados de itens produzidos pelos Tapajós em sítios de aldeias lacustres no Maranhão, em áreas dos rios Xingu e Tocantins, na costa do Amapá e próximas às Guianas. Para Lima (2018) havia um fluxo de troca entres os povos amazônicos multidirecional alcançando regiões distantes.

Essas informações arqueológicas e históricas revelam o alto grau de desenvolvimento dos cacicados Tapajônicos, polo de domínio político, elevada estratificação social e organização espacial relevante, visto que, deixaram uma rica diversidade de itens líticos e cerâmicos. Essa ocupação humana existiu por séculos até o início do período colonial, culminando com a escravidão, as epidemias, expedições de resgate e guerra justa que iniciariam a rápida destruição cultural, social e espacial dessa sociedade amazônica.



A desagregação espacial dos cacicados

As expedições exploratórias de Orellana (1542), Pedro Úrsua, Lopo de Aguirre (1560-1561) e Pedro Teixeira (1637-1639) abriram as portas da Amazônia para a exploração europeia. A Amazônia pertencia à Espanha, contudo, a União Ibérica (1580) colocou a Amazônia e seus povos sob domínio português. Os quais iniciaram a exploração das “drogas do sertão” e a escravidão indígena, devido poucos colonos portugueses se disporem a vir, as ocupações necessitavam de mão de obra para construção do império português na Amazônia.

Apoiado na Igreja Católica, de levar a fé aos “povos gentios”, padres, freis e frades das ordens religiosas vieram à Amazônia. Assim, jesuítas, mercedários e carmelitas, aventuraram-se entre os povos “pagãos” para levar a cruz, muitas vezes vinha acompanhada da espada e do arcabuz causando a morte dos amazônidas. A violência dos europeus veio acompanhada também das doenças como sarampo, varíola, tifo, gripe e malária causando grandes epidemias. Além disso, as guerras justas e expedições de resgate, que escravizavam e subjogavam os povos mais belicosos.

Figueiredo (2011) e Denevan (2001) comentam que na várzea viviam 2,8 habitantes por km² e nas terras firmes entorno de 1,2 habitantes por km², corresponderia a 6.800.000 habitantes. Betty Meggers indica uma população em torno de 5 milhões de pessoas. Esses números foram caindo pelo contato com os europeus e a violência bélica europeia, embora em menor número tinham a superioridade técnica em relação aos povos amazônicos como o uso de armas de fogo, espadas, canhões, táticas militares avançadas, enquanto os nativos em sua vantagem tinham o conhecimento do território amazônico.

Os cacicados começam seu declínio espacial e social, causados pelos vetores da geopolítica na Amazônia, agora patrimônio europeu. Os Omáguas, no final do século XVI, ainda expandiram seus domínios na região de Codajás, executando incursões bélicas contra povos da terra firme e os Machifaro, para obtenção de escravos. Mas começaram a sofrer epidemias de varíola, iniciando a redução de sua população. Em 1650, os jesuítas notaram o declínio social nas missões dos Omágua. As doenças matavam famílias e comunidades, restando poucos indivíduos, que abandonavam as missões e se dirigiam para as vilas de São Paulo de Olivença, Tefé e Codajás, misturou-se à população miscigenada, perdendo suas raízes



culturais. Essa situação causou o declínio espacial, afetou a rede de trocas, devido ao sistema colonial. Samuel Fritz, no final do século XVII, viveu entre os Omágua, fez uma dramática descrição do declínio cultural desse povo em meio a doenças, guerras e a exploração empreendida do europeu em seu território.

Fritz descreve vários conflitos entre portugueses, espanhóis e o povo omágua pela posse do seu território e das missões jesuíticas, arrasadas pelos portugueses em 1708 e no ano de 1710 estavam abandonadas. Em 1743, La Condamine descreve que no Alto Amazonas ocupado pelos Omágua e suas trinta aldeias, agora havia ruínas de missões abandonadas. Entre os Omágua se observa um processo de desterritorialização que, segundo Silva (2012), consistiu no abandono de seu território em busca de outros locais para sua reterritorialização. Esse processo pelo “qual passaram os Omágua/Kambeba, muitos dos seus costumes, mitos e tradições, foram juntamente com seu antigo território deixados para trás” (SILVA, 2012, p.75). As configurações espaciais, entre séculos XVI e XVII, desapareceram rapidamente.

Os Omágua migraram para região próxima de São Paulo de Olivença no século XVIII. Devido ao Diretório dos Índios Pombalino (1755) foram obrigados a abandonar sua língua e seus nomes nativos adotando a língua portuguesa ou a geral nheengatu. Perdendo sua cultura e a conexão com os Omágua antigos, esse povo resistiu ao passar dos séculos XIX e XX, se adaptando à perseguição dos europeus até abandonado seu nome tribal Kambeba ou Omágua, o qual volta a se reafirmar nos anos 1980 do século XX.

Os Machifaro-Aisuares, os Yorimágua e Paguana foram sofrendo com as epidemias e as expedições de resgate. Em 1651 foram atacados pelas forças de Bartolomeu Bueno de Ataíde, em 1671, por Manoel Coelho; e no ano de 1673 por Francisco Lopes, os quais arrasaram as missões do rio Solimões em busca de cativos, os Yoriman resistiam e se retiraram para as matas. Contudo em 1689 Samuel Fritz constata que esta nação estava à beira de sua dissolução devido aos ataques das tropas de resgate, epidemias e abandono de seus habitantes (PORRO, 1992; FIGUEIREDO, 2011).

Os Yorimágua se degradaram até não haver, no final do século XVIII, paradeiro de sua gente, isolando-se na terra firme e regiões distante, evitando as expedições que matavam e saqueavam seu povo. O padre Samuel Fritz, em 1691, relata que do rio Tapajós ao Urubu, uma



viagem de catorze dias, se via inúmeras aldeias. Entretanto, nesse momento estavam desertas com exceção da missão de Tupinambarana atual Parintins e o Lugar da Barra do rio Negro, onde se viam os Paguana e seus subordinados Carabuyana, as aldeias estavam inóspitas, em viagem de nove dias não se via habitantes das grandes aldeias, agora queimadas e em ruínas nas margens dos rios.

De acordo com Porro (1992) logo acima da região Codajás-Coari, percorrida em três dias, estavam os Yoriman e Machifaro, não havia mais nenhuma aldeia desses povos, restando apenas ruínas e missões abandonadas. Os relatos do padre Samuel Fritz dão um tom dramático à destruição dos cacicados amazônicos. Em poucas décadas as grandes aldeias foram destruídas ou abandonadas. Com o fim da disputa dos portugueses e espanhóis pelo alto Amazonas, os padres espanhóis se retiraram para as missões de São Joaquim e La Laguna, em 1710, no rio Marañon. Fritz descreve ter encontrado Omágua fugitivos, os quais relataram que a região estava quase desabitada.

Os Tapajós tiveram seu primeiro contato com tropas de resgate em 1624, quando Pedro Teixeira comandou uma expedição ao rio Tapajós. As relações ainda eram pacíficas. Mas, em 1631, os Tapajós entraram em confronto com os Ingleses, por estes desejarem se estabelecer no baixo Tapajós e obtiveram êxito em expulsá-los, com suas flechas venenosas, levando à morte muitos invasores. Os portugueses tentavam tomar os Tapajós como escravos e levá-los ao Maranhão sem obter êxito até 1639, quando ao descer o rio Amazonas rumo ao Maranhão, Pedro Teixeira passou pelos domínios dos Tapajós sendo bem acolhido por eles, recebendo alimentos e provisões dos habitantes e convidado para se estabelecer nas aldeias.

Acuña citado por Santos (2010) descreve que os Tapajós eram amigáveis com os portugueses, estes últimos ao chegarem na Capitania do Maranhão e Grão-Pará fizeram propaganda contra os Tapajós chamando-os de rebeldes, devido serem senhores de escravos e riquezas, como subterfúgio para a guerra justa. Em 1631, sob o comando de Bento Maciel Parente reuniu-se uma tropa no forte do Desterro (Monte Alegre - PA) para atacar os Tapajós, matando milhares de índios, causou a rendição dos Tapajós, sendo presos em currais, enquanto estavam expostos a todo tipo de violência por parte dos portugueses e seus aliados indígenas. Os Tapajós presenciavam em sua prisão os massacres, saques e violências contra suas mulheres.



Além disso, os portugueses sob o comando de Maciel Parente exigiram, para abandonar as terras dos Tapajós, mil índios cativos, Acuña descreve que muitos entregaram seus filhos ou parentes para ter sua liberdade, prometendo entregar o restante de escravos em seguida. Os cativos foram para a capitania, porém muitos morriam pelos maus tratos antes de chegar ao destino. Os Tapajós passaram a atacar seus vizinhos visando escravizá-los para entregar aos portugueses e evitar que seu povo fosse ao cativeiro.

Em 1661 foram cristianizados pelo jesuíta João Felipe de Bettendorf e com os Tapajós ergueu a igreja de N. Sra. da Conceição dos Tapajós, originando Santarém. A missão da Aldeia prosperou com o trabalho dos indígenas, erguida depois uma fortaleza, em 1697, formou o núcleo colonial de Santarém, erguida sob as antigas aldeias Tapajós (Santos, 2010). Em 1706, Francisco Soeiro de Vilhena empreendeu uma expedição de resgate pelo rio Tapajós, destruindo aldeias, algumas remanescentes dos Tapajós. Carl von Marthius em 1820 relata “(...) merece citar-se que o nome dessa nação não mais aparece entre as que atualmente vivem às margens do Tapajós e às dos seus afluentes, que também o uso de flechas envenenadas não mais subsiste ali” (SPIX e MATHIUS, 1981 apud SANTOS, 2010, p.57).

O cacicado dos Tapajós também sofreram um rápido declínio espacial, social e cultural até sua extinção. Segundo Porro (1992) as margens dos rios Amazonas e Tapajós, no século XVIII, estavam desertas com exceção de alguns núcleos coloniais. Os povos que formavam os cacicados estavam extintos ou destribalizados, vivendo nos núcleos coloniais como escravos ou adotando a alcunha de caboclos ribeirinhos, apenas preservando alguns saberes de seus antepassados. Embora essas sociedades complexas fossem uma força política, espacial e cultural na Amazônia, a geopolítica europeia causou a dissolução dos cacicados amazônicos, o extermínio de diversos povos, restando desses povos apenas os relatos dos cronistas do século XVI e XVII e os estudos arqueológicos realizados desde o século XIX, que propuseram inúmeras teorias sobre a existência de sociedades complexas na Amazônia.

Considerações finais

A Amazônia dos séculos XVI e XVII estava organizada nos cacicados que possuíam território e influência regional sobre seus vizinhos, além de rede de trocas com outros cacicados,



a qual seguia o curso do rio Amazonas e seus afluentes. Havia estratificação social baseada na técnica de cada indivíduo. Algumas classes eram consideradas nobres, que exerciam a liderança de grupos ou das aldeias locais subordinadas aos chefes regionais. Os cacicados eram polos de adensamento populacional, graças às técnicas dos antigos amazônidas, praticando a policultura agrícola e agroflorestal, manejo vegetal de frutos, plantas e tubérculos, base da cultura da Floresta Tropical adaptando-os ao ecossistema amazônico. Além da pesca, caça e manejo animal, para alimentar milhares de pessoas, utilizados também para trocas entre tribos, grupos e cacicados.

A técnica policroma da Amazônia desenvolvida no século V, fonte de entendimento à arqueologia sobre a estrutura de sociedades complexas. Os achados evidenciam as relações hostis entre os cacicados, a luta pelo acesso às várzeas e rios. Por intermédio dos cronistas é possível entender o declínio, dissolução e extinção dos cacicados, vítimas de epidemias, incursões militares europeias, cristianização forçada, escravidão pelos portugueses e espanhóis, que tomaram posse da Amazônia. Nota-se a geograficidade do povos amazônicos pré-coloniais, suas técnicas, organização espacial e social anterior e posterior ao contato com os europeus. Desenvolveram-se e expandiram-se no espaço amazônico, tido como deserto verde, ideia posta de lado com o avanço dos estudos arqueológicos, antropológicos e etnográficos identificando uma Amazônia densamente povoada, rica em culturas e técnicas

Os conhecimentos sobre a Amazônia Indígena revelam a importância da herança cultural desses povos, encontrada na cultura do homem amazônico atual, embora diluída pela cultura europeia. Reforça o respeito aos povos originários como agentes sociais formadores do povo brasileiro. Realizando conexões linguísticas e culturais com seus antepassados são a herança viva da grande diversidade de povos e culturas que existiram na Amazônia pré-Colonial e de todo o conhecimento sobre o ambiente amazônico, que se desenvolveu em milhares de anos de adaptação desses povos à morfologia da paisagem amazônica.

Referências

ARCURI, M. Tribos, Cacicados ou Estados? A dualidade e centralização da chefia na organização social da América pré-colombiana. **Revista do Museu de Arqueologia e**



- Etnologia**. São Paulo, n. 17, p. 305-320, 03 dez. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 30 out. 2019.
- BARROSO, D. S. A visão dos europeus sobre a província dos machifaro-aisuare descritas nas crônicas de viagem século XVI-XVII. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Estudos Superiores de Tefé, Universidade do Estado do Amazonas-UEA, Tefé, 2016.
- CARNEIRO, R. L.; SCHAAN, D. P. A base ecológica dos cacicados amazônicos. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 117-154, dez. 2007. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2019.
- CARVAJAL, G. **Relatório do Novo descobrimento do Famoso Rio Grande Descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana**. São Paulo: Embaixada da Espanha, 1992.
- CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- DENEVAN, W. **Cultivated Landscapes of Native Amazonia and the Andes**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- FIGUEIREDO, A. N. **História do Amazonas**. Manaus: Valer, 2011.
- GARCIA, R. Introdução e Notas ao Diário do Padre Samuel Fritz. In: PINTO, Renan Freitas (Org.). **O Diário do Padre Samuel Fritz**. Manaus: UFAM-Edua /FSDB, 2006.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LATHRAP, D. **The Upper Amazon**. London: Hames & Hudson, 1970.
- LIMA, A. M. A. A Ecologia de Assentamentos, interações sociais e o contexto geográfico dos muiraquitãs no Baixo Amazonas. In: **Cadernos Lepaarq**, V. XV, n: 30.p.121-141, 2018.
- LOPES, R. C. A. **A tradição policroma da Amazônia no contexto do médio Amazonas (AM)**. 393 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.
- MACHADO, J. S. Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos no entendimento das formas de organização social da Amazônia. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 49, nº 2, p.1-44, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- MEGGERS, B. J. **Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise**. Harlan Davidson, Inc, Arlington Heights, 2.ed. 1996.



- MILLER, E. T. **Pesquisas Arqueológicas no Território Federal de Rondônia**. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônia. ALBANESE-PRONAPABA/SI-MARSUL. 19 ago. 14 nov.1980.
- MIRANDA, E. E. **Quando o Amazonas corria para o pacífico**: Uma história desconhecida da Amazônia. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.
- MORAES, C. P.; NEVES, E. G. O ano 1.000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. **Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 122-148, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br>. Acesso em: 19 mai. 2020.
- MORAES, C. P. **O ano 1000**: territorialidade e conflitos no tempo das chefias regionais. Tese (Doutorado) - Curso de Arqueologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MORAES, C. P. O determinismo agrícola na arqueologia amazônica. **Estudos Avançados**. Santarém-PA, v. 83, n. 29, p. 25-43, 10 fev. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.
- OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E. et al. **Amazônia**: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1983.
- PINTO, R. F. (Org.). **O Diário do Padre Samuel Fritz**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas - Edua / Faculdade Salesiana Dom Bosca - FSDB, 2006.
- PORRO, A. **As crônicas do Rio Amazonas**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992.
- PORRO, A. **O Povo das Águas**: ensaios de etno-história amazônica. São Paulo.1995
- SANTOS, F. J. **História do Amazonas**. Rio de Janeiro: Memvavmem, 2010.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SCHAAN, D. Sobre os cacicados Amazônicos: sua vida breve e sua morte anunciada. **Revista Unimagdalena**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 45 - 64, 2010. Disponível em: <http://revistas.Unimagdalena.edu.com>. Acesso em: 05 abr. 2019.
- SILVA, M. V. **Reterritorialização e Identidade do Povo**: omágua/kambeba na aldeia Tururucari-uka. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia Humana, Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus-AM, 2012.



MARUPIARA

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ESTUDOS
SUPERIORES DE PARINTINS

SOUZA, M. **Breve História da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2001.

STEWART, J. H. **Handbook of South American Indians**. Washington: Government Printing Office, 1948.

UGARTE, A.S. **Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)**. Manaus: Valer, 2009.

Apresentado em 22/03/2021

Aprovado em 08/09/2021